



## **Resistência na história do jornalismo digital: um comparativo entre o *Independent Media Center* e a Mídia NINJA<sup>1</sup>**

**Thiago ANDRADE, mestrando em Comunicação/UFMS<sup>2</sup>**

**Resumo:** Poder e resistência são polos inseparáveis e a relação do jornalismo com eles é o tema deste artigo, que analisará os pontos de contato de dois fenômenos históricos de resistência dentro do campo jornalístico. A partir das reflexões dos filósofos franceses Michel Foucault, Gilles Deleuze, sobretudo em sua parceria com Félix Guattari, serão apresentados os conceitos de poder e resistência que correspondem aos planos políticos de maiorias e minorias. Com isso, pretende-se estabelecer qual é o espaço ocupado pelo *Independent Media Center* e pela Mídia NINJA em meio um paradigma de conflito social. Mais do que modelos, os objetos dessa pesquisa criaram estratégias para construir novos discursos no seio da comunicação, por meio de ações que subvertem a lógica da grande mídia e abrem espaço para novos atores sociais, garantindo a pluralidade necessária ao funcionamento da democracia.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Resistência. História da Mídia. Mídia NINJA. Narrativas contemporâneas.

### **Introdução**

“Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa, nem comunicativa, não é comunicação de informação”, escrevem Deleuze e Guattari (2011, p. 17). Embora a análise da imprensa seja bastante periférica ao pensamento desses filósofos franceses, a menção feita no capítulo “20 de novembro de 1923 – Postulados de Linguística” do livro-rizoma “Mil Platôs” ressalta qual espaço ela ocupa em suas reflexões.

Negando as potencialidades informativas e comunicativas, os autores abrem caminho para a questão sobre qual é, então, a função da linguagem. A resposta dada no mesmo capítulo é a de que toda linguagem é, primeiramente, política. Ela serve para mandar e fazer obedecer, sua unidade elementar é a palavra de ordem. Enunciados são comandos, por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, realizado de 23 a 24 de julho de 2016 em Campo Grande-MS.

<sup>2</sup> Mestrando Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e bolsista CAPES, graduado em Jornalismo pela Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: thiagoandrade.jor@gmail.com.



mais sutis que sejam, e regras gramaticais explicitam-se como marcadores de poder, antes de serem marcadores sintáticos.

Se as análises apresentadas neste capítulo interessam à reflexão sobre o jornalismo, este é o ponto de principal ponto de convergência, afinal, sendo a linguagem política e o ser humano um animal político (SOUZA; GALLO, 2007), não se pode ignorar a relação que o jornalismo – enquanto técnica, mas também linguagem – mantém com os dispositivos de poder. Deleuze e Guattari, seguindo a trilha de Michel Foucault, defendem também que os jornais são formas de produzir disciplina e controle.

Dar voz ou calar é uma responsabilidade inerente aos veículos de comunicação e, como já foi bem demonstrado, “a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura” (TRAQUINA, 2005, p. 22). Informar é um dos caminhos que podem levar à reflexão e à crítica, mas para que o jornalismo possa fazê-lo é preciso “burlar” a linguagem, de modo que transformá-la em um espaço criador ao invés de meio de comando, emissor de palavras de ordem.

Segundo o jornalista Luciano Martins Costa (2013), o declínio da imprensa tradicional aponta para uma crise do jornalismo. Em seu texto, o autor questiona se a imprensa tem cumprido bem seu papel de oferecer à sociedade informações que contribuam para a formar a consciência da cidadania. Costa ressalta dois fatores que apontam para o negativo: a submissão à questão econômica e a dificuldade que a imprensa tem em lidar com as sutilezas da realidade contemporânea. Assim, torna-se imprescindível pensar em *jornalimos* e reconhecer experiências capazes de criar linhas de fuga capazes de traçar a imprensa tradicional (DEMÉTRIO, 2007).

Desse modo, o presente artigo reflete sobre a relação possível entre jornalismo e resistência – no sentido constituído no pensamento de Michel Foucault e Gilles Deleuze, especialmente em sua parceria com Félix Guattari – para traçar paralelos entre experiências radicais no campo jornalístico, como o *Independent Media Center*<sup>3</sup>, surgido em Seattle no final da década de 1990, e a Mídia NINJA – acrônimo para Narrativas Independentes,

---

<sup>3</sup> *Independent Media Center* (IMC) que pode ser traduzido como Centro de Mídia Independente (CMI). Por haver um coletivo no Brasil com o mesmo nome, o nome original será mantido. Disponível em [www.indymedia.org](http://www.indymedia.org).



Jornalismo e Ação –, fenômeno do jornalismo alternativo brasileiro que emergiu durante os protestos de junho de 2013. Para compreender essas narrativas jornalísticas não-hegemônicas como formas de resistência no jornalismo é preciso conceituar essa palavra tão presente, embora pouco estudada, nas relações políticas e sociais.

### **Enfrentamentos, diálogos e resistências**

Embora a pós-modernidade seja concebida por diversos autores, de Lyotard a Habermas e Jameson, como um período histórico marcado principalmente pela derrota ou falência das grandes utopias do século XX, o fenômeno da resistência não deixou de ocupar espaço entre as reflexões sobre a política e o poder. A história contemporânea demonstra que o ato de resistir nunca deixou de fazer parte dos movimentos políticos. Exemplos podem ser elencados com facilidade como é o caso da greve geral de Maio de 1968, na França; os protestos contra a III reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, ocorrida entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1999 em Seattle; ou ainda as manifestações em diversas cidades brasileiras que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, em 2013.

Pensar o problema do poder, sobretudo nos casos acima, exige a reflexão sobre um tema menos recorrente, embora tão importante e fascinante quanto, que é o da resistência. Ainda mais importante para este artigo é refletir sobre como se dá a resistência na pós-modernidade, sob o paradigma descrito por Deleuze – a partir de suas leituras de Michel Foucault – como sociedade de controle. Uma *rede de conceitos como rede de resistência*, como disse Claire Parnet em uma longa entrevista televisiva concedida por Deleuze, é essencial para captar as potencialidades e o filósofo francês, em sua parceria frutífera com Félix Guattari, deixou conceitos fundamentais que serão aqui utilizados como “linha de fuga”, “dispositivo”, “nomadismo”, “máquina de guerra”, etc. Por questões de espaço, alguns deles serão apenas citados, sem grandes formulações sobre suas origens e significados.

Entre espaços de conflito e de diálogo, os pensamentos de Deleuze e Foucault também serão evocados no sentido de construir uma pequena genealogia da noção filosófica de resistência. No percurso filosófico de Michel Foucault, a questão do poder passa a ocupar o centro apenas em meados da década de 1970, culminando com a publicação de “Vigiar e



Punir – História da violência nas prisões”. Embora o autor venha, então, a investigar as relações de poder e seus dispositivos, não existe em Foucault uma teoria geral do poder.

Conforme explica Roberto Machado sobre o filósofo francês:

Seus análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO *in* FOUCAULT, 2014a).

Ao propor uma análise marcada pela historicidade e singularidade dos fenômenos, são examinados dispositivos específicos como a prisão, a escola, o hospital, e outros espaços em que as práticas de sujeição e disciplina são colocadas em prática. Em seu livro seguinte, “A vontade de saber”, Foucault continua a investigar os modos pelos quais o poder se constitui, mas a questão da resistência ganha espaço.

O trabalho será elogiado por Deleuze na carta “Desejo e Prazer”, de 1977, onde o filósofo (1993) aponta para um novo passo em relação às obras anteriores do filósofo. No primeiro volume de “A história da sexualidade”, os dispositivos de poder são vistos como forças constituintes, não sendo tomados apenas como forças repressivas ou ideológicas, sem serem necessariamente normalizantes. Os poderes não aludem apenas aspectos puramente negativos, mas também positivos. Em última análise, como Foucault já havia sugerido, não há espaço fora das relações poder (2009).

Entretanto, se o poder se constitui em vastas e multiformes redes, existem também pontos ou nós de resistência, que se apresentam como multiplicidades ou focos. “Que lá, onde há poder, há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo), essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, ressalta Foucault (2014a, p. 104). Resistência é aquilo que se confronta com o poder, mas não se trata de um lugar universal, “o lugar da grande Recusa”. O que existe são resistências, casos únicos, singularidades:

As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular. (...) É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que



introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis (FOUCAULT, 2014a, p. 104-105).

Os saberes, os discursos e as linguagens também são componentes dentro dessas relações instáveis estabelecidas entre resistência(s) e poder(es). Se esses elementos podem ser instrumentos e efeitos de poder, eles também servem como ponto de partida de estratégias opostas, capazes de minar, expor, debilitar ou mesmo barrar ações do poder. Experiências de jornalismo alternativo comprovam a afirmação, como é o caso dos jornais subversivos utilizados por grupos de esquerda durante o regime militar no Brasil, que faziam uso de técnicas jornalísticas para propagar mensagens contrárias ao conservadorismo do governo autoritário da época.

Na percepção de Deleuze, entretanto, os dispositivos de poder se estabelecem como forças repressivas, que em vez de normalizar e disciplinar, codificam e reterritorializam. Essa diferença é essencial para pensar o estatuto da resistência, pois ela se afirma – no pensamento de Deleuze e Guattari – como linha de fuga e fluxo desterritorializante nos sistemas sociais. Não se trata, portanto, de simples enfrentamento fragmentário ou luta contra os mecanismos de poder porque, de acordo com Deleuze (2006), são justamente os mecanismos de poder que oferecem “resistência” aos movimentos desterritorializantes. A inversão proposta pelo autor é definidora de sua filosofia e permite perceber a opressão não como causalidade, mas como potencialidade para novas formas de existir.

Em “1933 – Micropolítica e segmentaridade”, Deleuze e Guattari (2012) propõem dois planos de ação política, definidos a partir da formação de segmentações duras e flexíveis, o molar e o molecular. Estes estão dispostos a partir de diferentes coordenadas de ação e luta, são macro e micropolíticas. No campo molar superior, das macropolíticas, estão as ações de dominação e de refreamento; enquanto, de maneira fluída, os fluxos micropolíticos, molares, de confirmação e resistência escorrem. A resistência se estende em redes, é rizomática por natureza e conduz à multiplicidade dinâmica, o que, no entanto, não a favorece, pois a velocidade com que se cria e se dispersa dificulta seu prolongamento. Ainda assim, ela é uma forma criadora, uma potência que escapa ao controle executado pelas macropolíticas.





O plano molar age constantemente de modo a cristalizar e reterritorializar os fluxos moleculares, despotencializando as resistências. Contudo, essas não cessam de ser recriadas, por movimentos de insatisfação, que constroem novas aberturas e espaços de existência, capazes de demonstrar que outros mundos – não necessariamente melhores – são possíveis. Para fins de análise, o presente artigo identifica algumas experiências alternativas do jornalismo no plano molecular, próximas à “máquina abstrata de mutação, que opera por descodificação e desterritorialização. É ela que traça as linhas de fuga (...). Ela própria está em linha de fuga e erige máquinas de guerra sobre suas linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 114).

### **Outro jornalismo possível**

Onde há opressão, há resistência. De acordo com Pogrebinschi (2004), essa é uma das lições originadas na teoria política contemporânea. Contudo, a partir das reflexões apresentadas, o que se verifica é que também não existe poder sem que haja resistência. A relação do jornalismo com os poderes data de sua criação, mas esse dispositivo é versátil e pode agir de ambos os lados do poder. Trata-se de um aparelho que se adapta aos agenciamentos exercidos sobre ele, constituindo novas formas de agir, pensar e existir.

Mayra Rodrigues Gomes (2009) identifica o jornal tradicional, com suas páginas que levam o leitor a construir uma ideia de mundo a partir das notícias ali elencadas, como um dispositivo disciplinar. Ele enquadra o campo da experiência em coordenadas muito precisas, que podem ser dirigidas aos objetivos específicos. Não se pode esquecer que Foucault estabelecia que esses dispositivos são operadores discursivos pelos quais se comunicam comandos. A palavra de ordem deleuziana é o produto oferecido pela imprensa tradicional.

Um exemplo: a página policial, uma das mais comuns na estrutura do jornal, apresenta notícias como “Bandidos armados rendem família para levar veículo e motocicleta”. O texto elenca as informações de acordo com a estrutura jornalística mais básica. O *lead* responde às questões necessárias: quem, o quê, onde, quando e como. O “por quê” pode ser deduzido, embora não seja evidenciado:



Uma família foi feita refém e ameaçada de morte durante um assalto a residência na noite de anteontem (28) no bairro Universitário – na região sul de Campo Grande. Os bandidos estavam armados, e conseguiram fugir levando um carro, uma motocicleta e diversos objetos das vítimas. (O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2015, p. B4).

O texto continua por um espaço não muito longo, embora de destaque no topo da página sob a rubrica “Geral”. O que se lê são dados recolhidos de um boletim de ocorrência escrito pela Polícia Militar com base nos dados oferecidos, provavelmente, pela família. O pouco que é possível deduzir de quem sejam os envolvidos abre espaço para estereótipos como a família indefesa, os bandidos armados e violentos, etc. Não há problematização e, ao final do texto, leituras possíveis são a de que existe violência na periferia de Campo Grande, a atenção deve ser redobrada no período noturno, ladrões são inescrupulosos e a lista prossegue de acordo com a imaginação do leitor.

De maneira sutil, os mecanismos disciplinares fazem seu trabalho, nas duas direções apresentadas por Gomes (2009): a visibilidade e a vigilância. Essas categorias, que contribuem para a construção do poder disciplinar e do controle, apresentam um duplo papel. Ao mesmo tempo em que expõem conflitos a todo momento, também definem os modos de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Os meios de comunicação – e os jornais estão inclusos – disciplinam pela maneira de mostrar e controlam o próprio mostrar, enquanto mostram.

Outro jornalismo é possível? A resposta não é simples, mas historicamente tem se experienciado múltiplas maneiras de se produzir jornalismo, algumas das quais utilizam suas técnicas para resistir e lutar contra agenciamentos molares ou poderes constituídos. A imprensa alternativa despontou em momentos nos quais a liberdade fora cerceada de alguma maneira. Entre inúmeros exemplos, podem ser citados jornais editados durante a ditadura militar, como *Movimento*, de São Paulo, *Opinião*, do Rio de Janeiro, *Resistência*, de Belém, entre outros (MENEZES, 2010).

Tanto o *Independent Media Center*, quando a Mídia NINJA, podem ser compreendidas como experiências radicais de produção de informação e de subversão da palavra de ordem. Ambas se relacionam com diversos pontos da noção de resistência apresentada neste artigo. Apesar de constituídas em espaços geográficos e históricos



diferentes, os modos de operação destes dois veículos carregam em si semelhanças. Apesar da dificuldade de se configurarem como veículos de comunicação sem perder as características moleculares presentes no momento de sua criação, esses veículos foram capazes de remodelar traços característicos do jornalismo – sempre apontando para o midiativismo. Seja por meio de narrativas fragmentárias ou pela criação de material jornalístico livre de direitos autorais, essas experiências possibilitaram a dispersão de imagens não tradicionais, que chegaram às páginas dos jornais mais conservadores.

### **Linguagens e narrativas em colisão**

Discursos jornalísticos tradicionais são frutos de uma racionalidade instrumental que, como define Foucault, estava bastante atrelada ao século XIX. Ele também considera os jornais, assim como outros meios de comunicação, como uma materialidade que “obedece aos mecanismos da economia e do poder” (FOUCAULT, 2014b, p. 339). Enquanto dispositivo disciplinar, o jornalismo faz uso da linguagem e, portanto, transmite sobretudo palavras de ordem. Essas podem ser definidas como:

(...) a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 17).

Para os Deleuze e Guattari, uma relação de poder bastante explícita se apresenta no interior da língua, que é justamente o conflito entre a visão de que ela é um conjunto homogêneo (a noção de uma língua maior) e as particularidades presentes nas línguas menores, nos diversos “idioletos” que compõem o tecido social. A afirmação de uma língua maior – e o jornalismo tradicional faz bem o uso desta – é um ato político. No entanto, fazer proliferar as minoridades linguísticas também o é. Os autores lembram ainda que essa divisão





não significa a existência de dois sistemas diferentes, mas de dois tratamentos possíveis ou de dois usos de uma mesma linguagem.

Duas perguntas feitas por Traquina parecem colocar o jornalismo no centro dessa disputa. Ele questiona:

Afinal, o jornalismo é um “contra-poder” ou um “poder” a serviço dos poderosos? (...) O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social? (TRAQUINA, 2005, p. 25).

A ambiguidade da resposta se comunica diretamente com o pensamento de alguns dos principais autores citados neste trabalho. O jornalismo, ou melhor, o campo jornalístico é formado por multiplicidades e, embora haja espaços de subserviência ao poder, no quais se atua por movimentos de reterritorialização; também é possível resistir, de modo a criar narrativas que permitem o reforço de agentes nas lutas sociais e políticas. Se isso não é tão comum na mídia hegemônica, atrelada às necessidades econômicas de lucro, o jornalismo alternativo surge como opção desterritorializante, aberto à pluralidade de vozes e línguas menores.

Ao desafiar os discursos tradicionais, o jornalismo alternativo cria relações diretas com a democracia. A partir dessas relações, torna-se possível construir novos espaços de debate e pensamento, onde o diálogo é aberto a outros pontos de vista. Segundo Oliveira, esta é uma das funções da imprensa alternativa, que pode ser descrita como:

Práticas e experiências jornalísticas que, ao perceberem das insuficiências de exercer a atividade dentro destas premissas do espírito moderno – particularmente nos valores éticos – em função de poderes discricionários, autoritarismo interno nos sistemas de comunicação, entre outros, buscaram resgatar este “espírito” em outros espaços. (OLIVEIRA, 2009, p. 5).

Experiências alternativas na imprensa não são novidades, embora o surgimento da internet tenha potencializado o alcance e as técnicas de construção de narrativas que se distingam dos modelos hegemônicos. Os exemplos a serem analisados neste artigo interessam aos estudos de comunicação e, especificamente, de jornalismo, por subverterem alguns traços característicos da própria linguagem jornalística. Diante da radicalidade das propostas do



*Independent Media Center* e da Mídia NINJA, houve necessidade de questionar se o que estava sendo produzido era ou não jornalismo. Por limitações de espaço, elas não serão exploradas aqui. Mas, como defende Foucault (2014a), fazer resistência é uma maneira de pontuar desequilíbrios e abrir novos caminhos. Incontestavelmente, essas experiências corroboram esta afirmação.

### **Espaços de subversão: aproximações e distanciamentos**

Durante a reunião da Organização Mundial do Trabalho (OMC), em Seattle, no ano de 1999, a cobertura jornalística realizada pelos veículos tradicionais deixara de fora qualquer alusão mais consistente em relação aos protestos em oposição ao encontro. “Vez em nunca uma pálida alusão, nada que ultrapassasse cinco segundos, aos protestos de grupos que aconteciam em um mundo aparentemente irreal” (ANTOUN, 2001, p. 136).

Os episódios que ficaram conhecidos como “Batalha de Seattle” reuniram cerca de 50 mil militantes de organizações não-governamentais de diversos países<sup>4</sup>, que tinham como objetivo o cancelamento da 3ª conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 30 de novembro daquele ano. Os protestantes obtiveram sucesso, a abertura da conferência foi cancelada, mas os conflitos com a polícia e o uso de táticas como o *black blocs* acabaram colocando os militantes como vilões, pelo menos para os grandes grupos de mídia que noticiaram os acontecimentos.

A indecente cobertura jornalística da velha mídia corporativa e centralizada, da qual foi enfocada apenas a face mais generalizada e agressiva – a da TV aberta ou por cabo –, teria só o amargo sabor de fim de século e milênio, não tivesse ela sido afrontada pela emergência de uma nova mídia, o *Independent Media Center* (IMC) – sediado na Internet –, que, ao final do movimento conhecido como Batalha de Seattle, tornou-se o principal órgão de notícias sobre o acontecimento (ANTOUN, 2001, p. 136).

Construída a partir das possibilidades de conexão e entrelaçamento da Internet, usufruindo ao máximo de seu potencial rizomático, o IMC surgia amparado pelo conceito de

---

<sup>4</sup> “Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC”. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/seattle-1999-black-blocs-promovem-destruicao-em-protestos-contra-omc-10310652>. Acessado em 01/01/2015.



mídia sob demanda e utilizava ferramentas como um sistema de edição aberta, que permitia que qualquer pessoa conectada adicionasse informações. O *website* do veículo logo se tornou um banco de informações para jornalistas, oferecendo reportagens, áudios, fotos e vídeos sob o regime de *copyleft* – termo que se contrapõe à noção de direitos autorais (*copyright*), permitindo a livre distribuição e veiculação de material.

Outro aspecto relevante do IMC, que permite sua aproximação com o que é definido como resistência neste artigo, é o caráter ativista de suas ações. Eles se apresentam como:

(...) uma rede de coletivos jornalísticos organizados para a criação de um meio radical, fiel e apaixonado de contar a verdade. Trabalhamos por amor e inspiração para as pessoas que continuam trabalhando por um mundo melhor, apesar das distorções e falta de vontade da mídia corporativa em cobrir os esforços para libertar a humanidade.<sup>5</sup>

Ao final da cobertura dos protestos de 1999, o IMC havia se tornado fonte para veículos tradicionais como AOL, Yahoo, CNN, BBC Online, entre outros (ANTOUN, 2001). Aos poucos, outros centros foram criados, primeiramente nos Estados Unidos, e posteriormente no mundo. Em abril de 2004, era criado em Campinas o braço brasileiro, conhecido como Centro de Mídia Independente. Atualmente, a página norte-americana registra 139 IMCs espalhados por todos os continentes. Contudo, alguns estão fora do ar, como é o caso do coletivo palestino que encerrou as atividades em 2003.

O uso da Internet realizado pelo IMC evidenciou ainda que as novidades oferecidas pela rede mundial de computadores dependiam especialmente dos usos que seriam feitos por ela. O ciberespaço, em si, não seria revolucionário a menos que seus usuários decidissem sê-lo. Antoun (2001) chamou de “novo ativismo” a maneira como os usuários que faziam uso do IMC se organizaram, programaram novos softwares e permitiram maior abertura para publicação e divulgação de notícias e imagens.

---

<sup>5</sup> Tradução livre de: “The Independent Media Center is a network of collectively run media outlets for the creation of radical, accurate, and passionate tellings of the truth. We work out of a love and inspiration for people who continue to work for a better world, despite corporate media's distortions and unwillingness to cover the efforts to free humanity.” Disponível em: [www.indymedia.org/or/static/about.shtml](http://www.indymedia.org/or/static/about.shtml). Acessado em 01/01/2015.



A comunidade ativista, entretanto, transformou na prática o sentido da palavra resistência. Ela mergulhou nas entranhas da Internet enquanto novo meio e constituiu através das potências anárquicas e libertárias, trazidas por ela, suas comunidades e suas práticas. (...) Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente (ANTOUN, 2001, p. 139).

Assim, com o objetivo de apresentar uma cobertura daquilo que a “velha” mídia tradicional insistia em ignorar, o IMC ofereceu ao mundo uma experiência midiática sem paralelos até aquele momento. Se é impossível fugir do caráter mandatório da linguagem e suas palavras de ordem, o modo de resistência encontrado pelos ativistas que se reuniam em torno do centro de mídia foi o de criar espaço para demonstrar a multiplicidade esquecida pelo jornalismo tradicional. Assim, o IMC faz ecoar a definição de resistência oferecida por Foucault: “elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível” (2014a, p. 104).

Passados 13 anos da criação do *Independent Media Center*, um modelo de produção jornalística que oferece algumas semelhanças – e outras disparidades – em relação ao modelo norte-americano surgia no Brasil como alternativa aos veículos tradicionais. A Mídia NINJA foi criada em março de 2013 como resposta às demissões em massa realizadas por empresas jornalísticas, principalmente em São Paulo. Utilizando as redes sociais, com destaque para o Facebook e o Twitter, os ninjas – como se autodenominaram os integrantes – promoveram um encontro entre jornalismo e midiativismo. Por meio de aparelhos portáteis como celulares e *tablets* conectados à Internet, tinham como objetivo transmitir acontecimentos sem edição, via streaming. Ao mesmo tempo em que os vídeos eram exibidos, canais de diálogo eram abertos, permitindo aos que assistiam on-line participarem das discussões, assim como sugestões de pautas em tempo real.

Em junho de 2013, com a eclosão de protestos em diversas cidades brasileiras, a Mídia NINJA conseguiu maior espaço entre as audiências, tornando-se um canal não-hegemônico na transmissão de informações sobre o que vinha acontecendo. De acordo com Malini et al. (2014), os primeiros grandes picos de curtidas no Facebook do coletivo foram registrados entre 17 e 22 de junho. Trata-se de um processo concomitante às principais



manifestações. As publicações também reuniram informações de estados diferentes como São Paulo (82 postagens), Belo Horizonte (20 postagens) e o Distrito Federal (16 postagens).

Com a grande exposição conseguida durante o período citado, a Mídia NINJA foi erigida como modelo de sucesso para ações de mídia alternativa. Segundo Bentes:

(...) a emergência de uma mídia da multidão aponta para um novo momento do midiativismo, encarnado, nos protestos em junho e julho de 2013, pela experiência da Mídia Ninja. (...) Indo além do “hackeamento” das narrativas, a Mídia Ninja passou a pautar a mídia corporativa e os telejornais ao filmar e obter as imagens do enfrentamento dos manifestantes com a polícia, a brutalidade e o regime de exceção (2013, p. 15).

De fato, a novidade proposta pelo coletivo dividiu os debates e inquietou teóricos por desconstruir imagens cristalizadas do que é o jornalismo. Essas inquietações não serão discutidas aqui. O que se propõe é elencar os principais pontos de contato – e afastamento – entre o IMC e a Mídia NINJA, levando-se em consideração dados históricos e as páginas atuais dos veículos. Serão analisados quatro tópicos, escolhidos por confrontarem a mídia tradicional, tendo por base a análise proposta por Antoun (2001): anonimato, mídia sob demanda, edição aberta e *copyleft*.

## **Anonimato**

Em seu surgimento, tanto o IMC quanto a Mídia NINJA produziam conteúdo sem identificar os autores. Em entrevista, o jornalista Bruno Torturra – um dos idealizadores ninja – afirmou: “Há inclusive um relativo e intencional anonimato dos que produzem para a Mídia Ninja”<sup>6</sup>. Contudo, a Mídia NINJA ganhou rosto. Bruno e o produtor cultural Pablo Capilé se tornaram os idealizadores do projeto, centralizando as atenções. No caso do IMC, a descentralização foi preconizada desde o início, principalmente porque o centro de mídia nasceu do encontro de diversas organizações não-governamentais. Atualmente, nas páginas oficiais de cada coletivo, é possível contribuir com textos e fotos, ainda de maneira anônima.

---

<sup>6</sup> “Uma entrevista com Bruno Torturra, da Mídia Ninja”, realizada pelo jornalista André Forasteiri. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-bruno-torturra-da-midia-ninja/>. Acessado em 01/01/2015.





## **Mídia sob demanda**

Segundo Antoun, mídia sob demanda é “uma alternativa à mídia de atualidades corporativa que foi criada pelas ONGs para fazer a cobertura de suas manifestações exprimindo os pontos de vista e interesses dos manifestantes” (2001, p. 144). Trata-se, portanto, de realizar uma cobertura jornalística molecular, para utilizar um termo de Deleuze e Guattari (2012). Sobre o IMC, Antoun aponta que o coletivo radicalizou essa noção ao oferecer sistemas de edição aberta. Na mesma esteira, a Mídia NINJA tinha uma demanda específica, que era a de apresentar os acontecimentos a partir da ótica dos manifestantes. Diversos ninjas foram presos durante a manifestação, colocando em xeque a diferenciação entre jornalista e manifestante.

## **Edição aberta**

“O termo open-publishing utilizado pelo IMC está em clara referência ao termo open-source que se utiliza para designar o software que tem o código fonte aberto para que a comunidade de programadores possa examinar ou alterar” (ANTOUN, 2001, p. 144). Em ambos os veículos, é possível que qualquer pessoa com acesso a internet publique textos, fotos ou mesmo vídeos, contudo, não há possibilidade de alterar o que está no ar. No caso da Mídia NINJA, a possibilidade de livre publicação surgiu com a criação do site. Quando surgiu, o coletivo utilizava redes sociais fechadas como Facebook e Twitter, portanto, as publicações só podiam ser feitas por quem tinha acesso ao *username* e à senha das páginas.

## ***Copyleft***

Esta característica é uma consequência do modo de trabalho e da visão ideológica de ambos os veículos. O *copyleft*, explica Antoun,



“(…) foi criado para contrapor-se ao termo copyright que rege o material produzido pela mídia corporativa e regulamenta a propriedade do material pela agência ou veículo garantindo as restrições de reprodução, divulgação e utilização da produção” (2001, p. 144).

Deste modo, tanto a Mídia NINJA quanto o IMC abrem mão do modelo de venda de notícias como modo de manutenção financeira. Contudo, para ambos os sites, os modelos de financiamento são bastante nebulosos e não há menção de empresas ou ONGs que financiam suas ações. De qualquer maneira, toda a produção presente nas páginas de ambos os coletivos está abertas a livre distribuição e veiculação do material desde que respeitada sua integridade e citada a fonte produtora e sua autoria, que existir.

### **Considerações finais**

Aproximar dois fenômenos jornalísticos separados por mais de uma década é uma maneira de demonstrar como a resistência se faz necessária, de modo a criar novos espaços de ação e campos de reflexão sobre a prática cotidiana da profissão. Também se trata de considerar os modos de resistência como singularidades empíricas, retomando o ponto de vista levantado por Michel Foucault (2014a), de perceber os confrontos com o poder não como universais.

A dinâmica do campo jornalístico, com suas regras estabelecidas do que é e do que não é jornalismo, também é colocada em posição desconfortável a partir das experimentações oferecidas por veículos que se justapõem à imprensa tradicional. Esse encontro com o outro nas relações de poder é uma oportunidade para suscitar reagrupamentos e romper unidades, de modo a propor formas de transcender o jornalismo constituído atualmente. Mesmo que se tratem de pontos móveis e transitórios que, por vezes, encontrem dificuldades em se perpetuar, as resistências abrem espaço para o novo e para a transformação. Atualmente, isso é mais que necessário.

Como lembra Downing,

Se o conteúdo da mídia radical alternativa sugere que a estrutura política ou econômica necessita urgentemente de mudanças, embora seja bem claro que, no presente, tais mudanças são inimagináveis, então o papel dessa mídia é manter viva



a visão de como as coisas poderiam ser, até um momento da história em que sejam de fato exequíveis (2004, p. 41)

Toda forma de resistência se inscreve em uma relação de conflito com os poderes, criando espaço para as minoridades se tornarem visíveis. Os exemplos analisados não são os únicos, mas oferecem expressividade. As semelhanças que carregam entre si também apontam para um modo de agir que pode se demonstrar estratégico nos conflitos sociais, sobretudo aqueles que envolvem a comunicação como ponto privilegiado. Trata-se de uma luta cotidiana, mas satisfatória.

### Referências bibliográficas

ANTOUN, Henrique. *Jornalismo e ativismo na hipermídia*: em que se pode reconhecer a nova mídia. In: Revista FAMECOS, nº 16. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

BENTES, Ivana. *Nós somos a rede social*. In: ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. @internet e #rua – ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Editora Sulina. 2013.

COSTA, Luciano Martins. *A crise é do jornalismo*. Observatório da Imprensa, São Paulo, 09 mar. 2013. Imprensa em Questão. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_crise\\_e\\_do\\_jornalismo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_crise_e_do_jornalismo). Acesso em 01 jan. 2015.

DELEUZE, Gilles. *Desejo e prazer*. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (orgs.). Cadernos de Subjetividade. São Paulo: PUC-SP, v.1, n.1, 1993.3. p. 15.

\_\_\_\_\_. *Sobre capitalismo e desejo (com Félix Guattari)*. In: \_\_\_\_\_. A ilha deserta: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 331-344

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrênia 2*, vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrênia 2*, vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

DEMÉTRIO, Silvio Ricardo. *Por um jornalismo contracultural: linhas de fuga no new journalism*. 2007. 102 f. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DOWNING, John D. H. *Mídia Radical – Rebelia nas comunicações e movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac. 2004.



FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. *O olho do poder*. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014b.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. 36ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo: poder disciplinar*. In: *Revista Kairós, Caderno Temático 6*. São Paulo: PUC-SP, 2009.

MALINI, Fábio. et al. *Mapeamento da Mídia Ninja: uma análise sobre as coletividades emergentes territorializantes no Facebook*. In: *Simpósio Nacional da ABCiber, 2014, São Paulo*.

MENEZES, Antônio Simão. *Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

O ESTADO de Mato Grosso do Sul. *Bandidos armados rendem família para levar veículo e motocicleta – Trio que abordou as vítimas no bairro Universitário estava em um HB20*. *O Estado de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, p. B4, 30 de jan. 2015.

OLIVEIRA, Dennis de. *O jornalismo alternativo na contemporaneidade*. In: *Apostila I - Curso de difusão cultural em Jornalismo Popular e Alternativo*. São Paulo: 2009. Disponível em: <[http://www.usp.br/alterjor/Apostila\\_ICursoDifusao.pdf](http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf)>. Acesso em: 20/06/2014.

POGREBINSCHI, Thamy. *O direito de resistência na teoria política contemporânea*. In: *Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia*, vol. 19-20. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

SOUZA, Regina Maria de, GALLO, Silvia. *Entre maioridades e minoridades: língua, cultura e política no plural*.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Vol. 1 – Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.